



**RELATÓRIO DA PESQUISA DO SINDIPROL/ADUEL COM
DOCENTES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA
PANDEMIA
(ABRIL E SETEMBRO DE 2020)**

SINDIPROL/ADUEL
SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

Londrina
2020

DIRETORIA (MANDATO 2019-2020)

Diretoria Executiva

Ronaldo F. S. Gaspar – Presidente
Renato Lima Barbosa – Vice-Presidente
Evaristo E. Colmán Duarte – Primeiro Secretário
César Bessa – Segundo Secretário
Lorena Ferreira Portes – Primeira Tesoureira
Valdir Anhucci – Segundo Tesoureiro
Eliel Ribeiro Machado – Diretor de Comunicação

Suplentes da executiva

Bruno Miguel N. de Souza
Celso Davi Aoki
Elson Alves de Lima
Fernanda de Freitas Mendonça
Luiz Carlos “Nenê” Jeolás
Nilson Magagnin Filho
Thais de Souza Rocha

Conselho fiscal

Ângela Lamas Rodrigues
Marcio Luiz Carreri
Silvia Alapanian

Suplentes do Conselho fiscal

Alcides José Sanches Vergara

Pesquisa

Ângela Lamas Rodrigues
Fernanda de Freitas Mendonça
Silvia Alapanian

Apoio técnico

Ronaldo F. S. Gaspar

O advento da pandemia tornou o ano de 2020 absolutamente atípico. Em razão das restrições sanitárias, as aulas foram suspensas por todo o país e em todos os níveis desde o mês de março. Resistências múltiplas ocorreram (e ainda ocorrem) contra o retorno das aulas presenciais – requisitado por empresários, governos e administrações escolares e universitárias –, que pode intensificar ainda mais a propagação da Covid-19. Por sua vez, cientes das implicações pedagógicas e profissionais do ensino remoto, bem como das múltiplas funções que compõem o rol de atividades das e dos docentes do ensino superior, as entidades sindicais resistiram à implementação, mesmo que temporária, de uma modalidade de ensino que é pouco eficaz, provoca precarização das condições de trabalho e incentiva ideias e práticas de caráter privatista. Mas, apesar dessa resistência, o fato é que as aulas foram retornando em formato remoto e, desde meados do ano, estão sendo ministradas em praticamente todas as escolas e universidades. Essa situação trouxe sérios problemas relativos às condições de trabalho dos docentes e, aos sindicatos, inúmeros desafios.

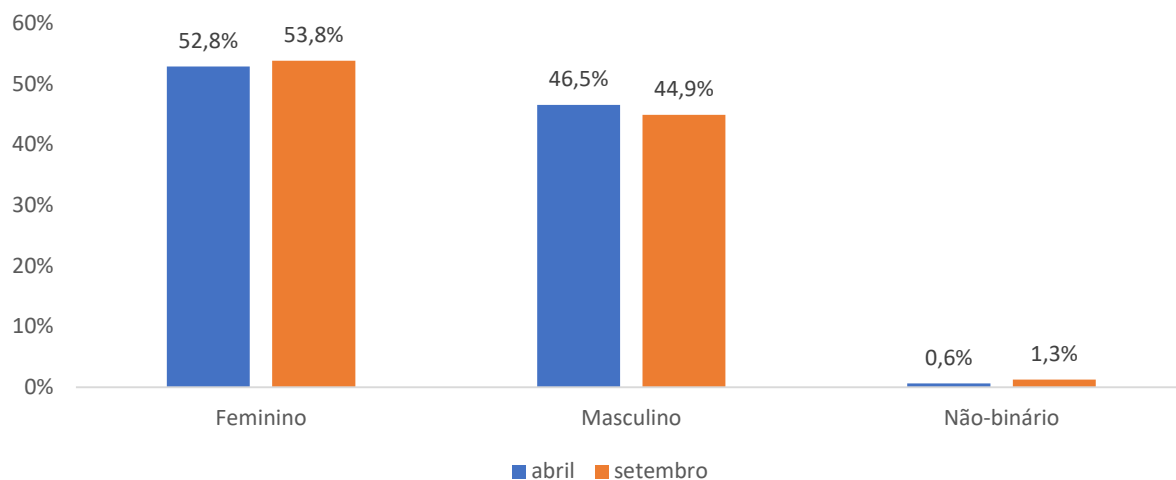
Nesse sentido, a necessidade de compreender melhor e dar uma resposta sindical à situação motivou a diretoria do Sindiprol/Aduel a realizar uma sondagem sobre as condições de trabalho em tempos de pandemia. Sondagem que, por enquanto, contou com a aplicação de dois questionários para investigação dessas condições junto aos docentes e, também, indicou a necessidade de elaboração de um ofício para as administrações da UEL, Unespar (junto com o Sindunespar) e UENP, propondo a montagem de mesas de negociações para tratar das condições de trabalho docente.

Nas páginas que seguem, apresentamos alguns dos principais resultados das duas sondagens realizadas – uma em abril, a outra em setembro.

No mês de abril, o questionário foi respondido por 316 docentes – 239 da UEL, 65 da Unespar-Apucarana e 11 da UENP – e, em setembro, por 314 – 218 da UEL, 92 da Unespar-Apucarana e 5 da Uenp.

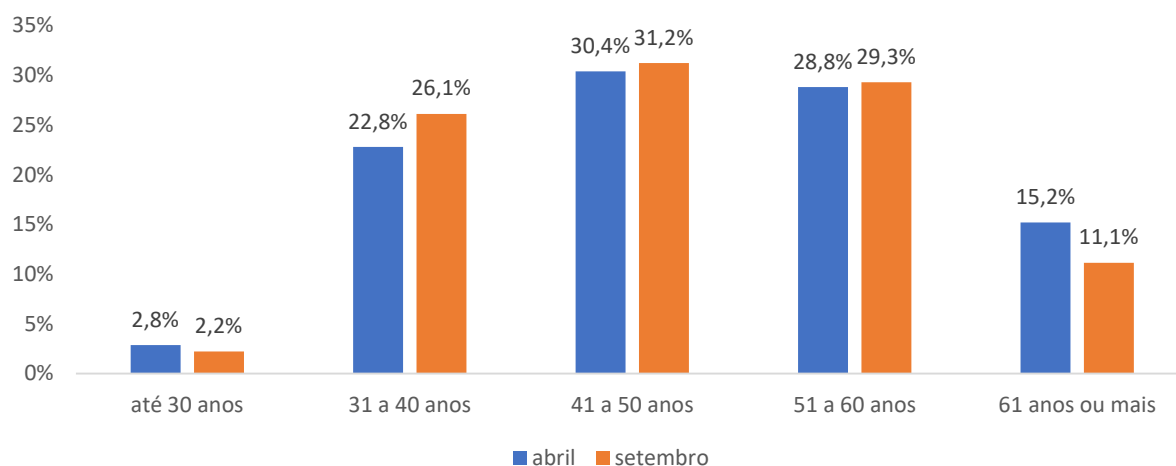
Como se pode observar no gráfico 1, esse público respondente se subdivide em feminino, masculino e não-binário, com significativo predomínio do primeiro.

1. Distribuição dos docentes por sexo, 2020



Outra importante característica que nos auxilia a identificar o referido público é a faixa etária, com amplo predomínio de pessoas com idade entre 41 e 60 anos, sendo poucos aqueles com menos de 30 anos de idade (gráfico 2).

2. Distribuição dos docentes por faixa etária, 2020



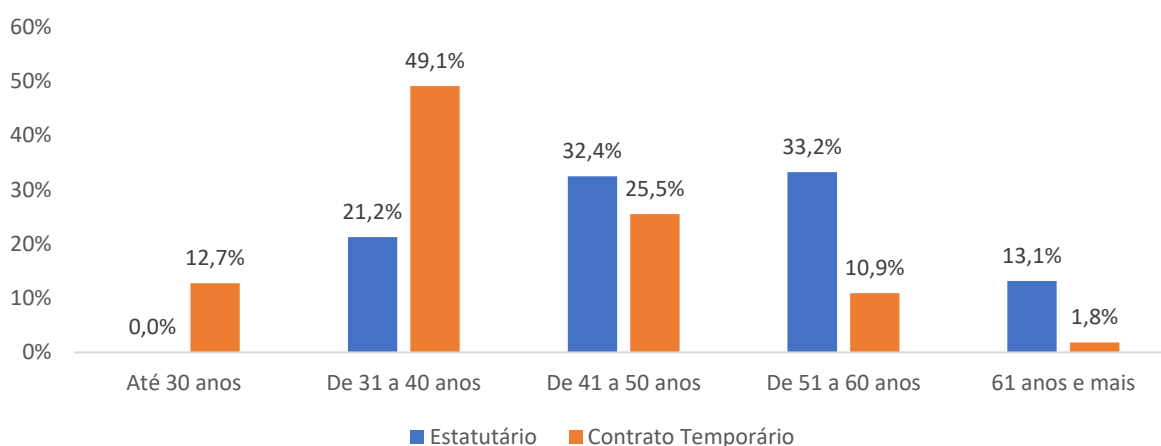
Na sondagem de setembro, buscamos identificar a composição dos respondentes pelo regime jurídico do seu contrato de trabalho (gráfico 3).

3. Distribuição dos docentes por regime jurídico de trabalho, set/20



Cruzando os dados do regime jurídico de trabalho com o da divisão por faixa etária, podemos identificar claramente o impacto da escassez dos concursos nesse aspecto da categoria, pois entre aqueles que têm contrato de trabalho temporário 12,7% dos docentes têm até 30 anos e, ainda, 49,1% têm entre 31 e 40 anos (gráfico 4). Ou seja, os docentes com contrato temporário constituem um segmento bem mais jovem da nossa categoria.

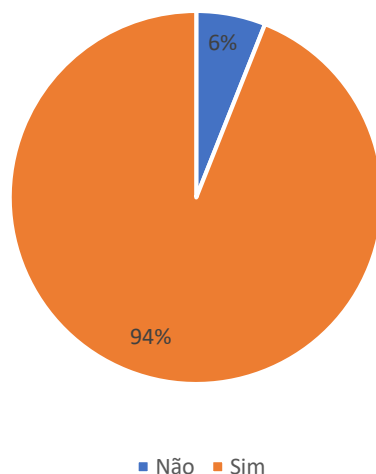
4. Distribuição dos docentes por faixa etária e regime jurídico de trabalho, set/20



Como dissemos inicialmente, por causa da pandemia, em março foi imposto o fechamento de escolas e universidades. Porém, em contraste com os boatos sobre a situação confortável dos professores – que, para muitos, ao contrário de outros

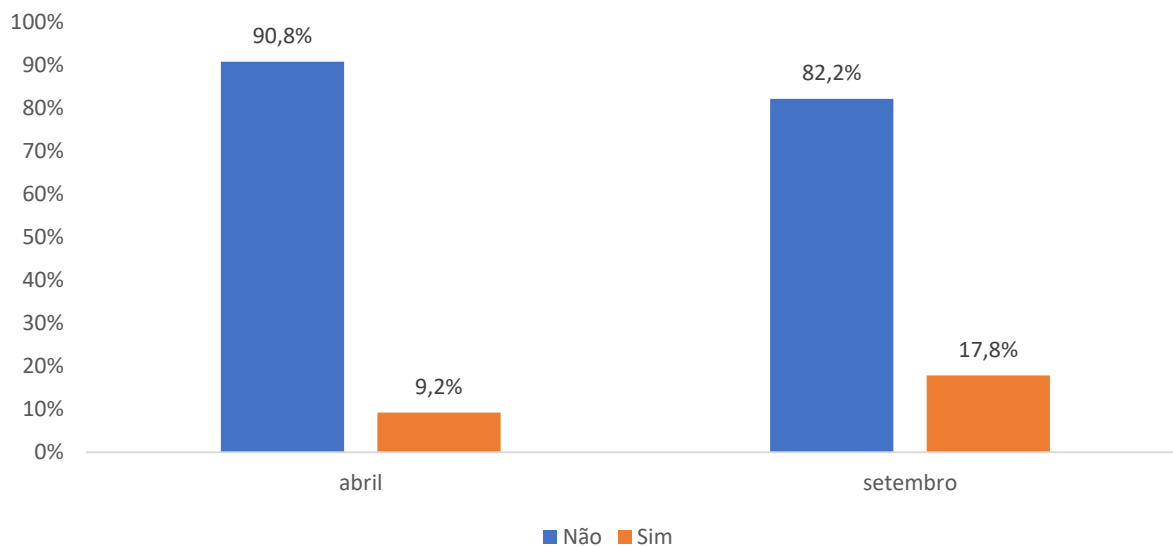
trabalhadores, podiam ficar sem trabalhar –, a sondagem indica que, já em abril, 94% estavam desenvolvendo atividades remotas (gráfico 5).

5. Distribuição dos docentes referentes a realização de atividades remotas, abr/20



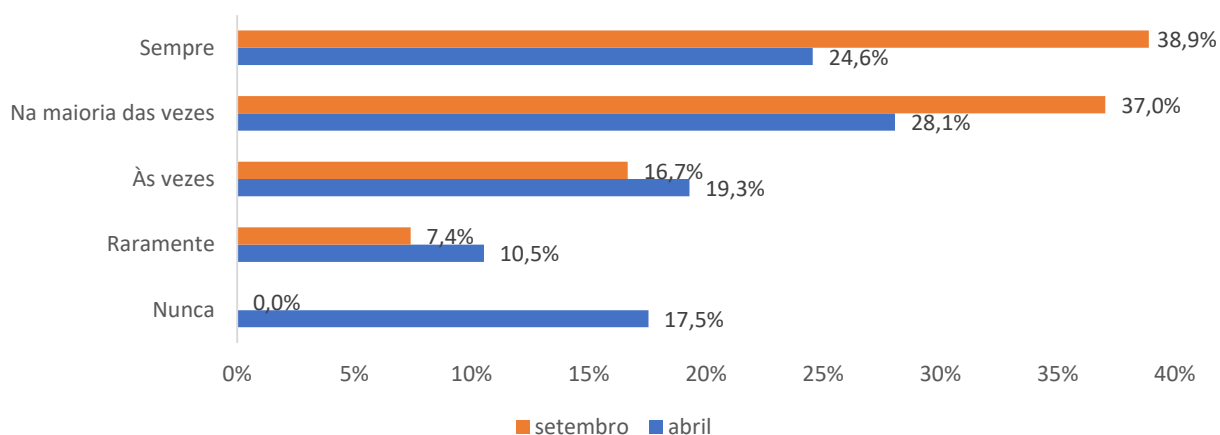
Como era de se esperar, com o retorno das aulas na graduação, novas demandas surgiram e, assim, o percentual de docentes em atividades presenciais quase dobrou: passou de 9,2% para 17,8% (gráfico 6).

6. Distribuição dos docentes conforme a realização de atividades presenciais, 2020



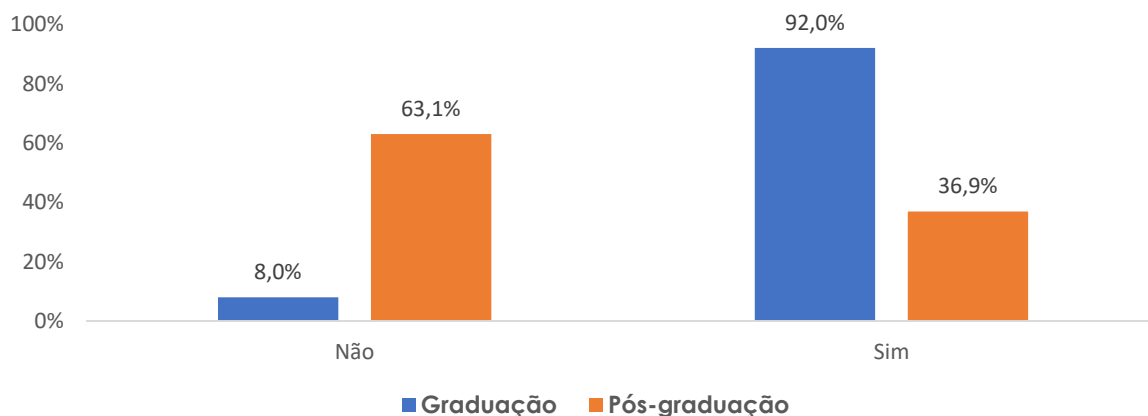
Em relação às condições de trabalho presencial, observa-se uma melhora entre os meses de abril e setembro. O total daqueles que responderam sempre e na maioria das vezes passou de 52,7% para 75,9%. Por outro lado, em abril, 17,5% responderam que as condições de trabalho presencial nunca são adequadas, número que chegou a zero em setembro (gráfico 7).

7. Distribuição dos docentes conforme a adequação das condições de trabalho presenciais, 2020



O retorno das aulas e o maior detalhamento da sondagem realizada em setembro permitiu identificar que 92% dos docentes estão ministrando aulas na graduação e 36,9%, na pós-graduação (gráfico 8).

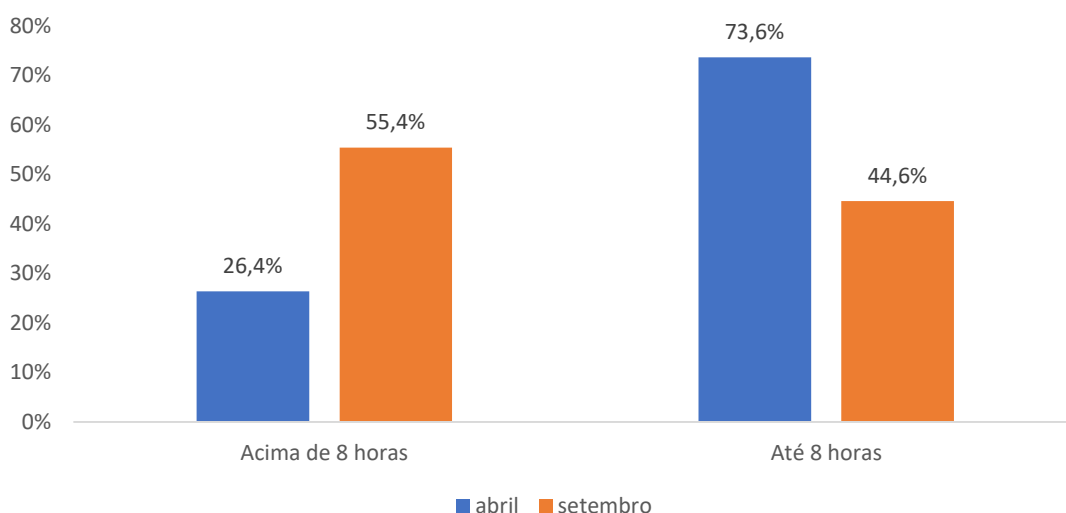
8. Distribuição dos docentes conforme a realização de aulas na graduação e pós-graduação, set/20



Para essas tarefas, os docentes pouco utilizam a plataforma institucional (Moodle), preferindo plataformas privadas, como as do Google (Meet, Classroom), o Zoom e outras. Eis um sério problema, pois, queiramos ou não, tem-se aí um incentivo à penetração dos interesses privados na universidade, especialmente pela relativa dependência do corpo docente em relação a essas plataformas.

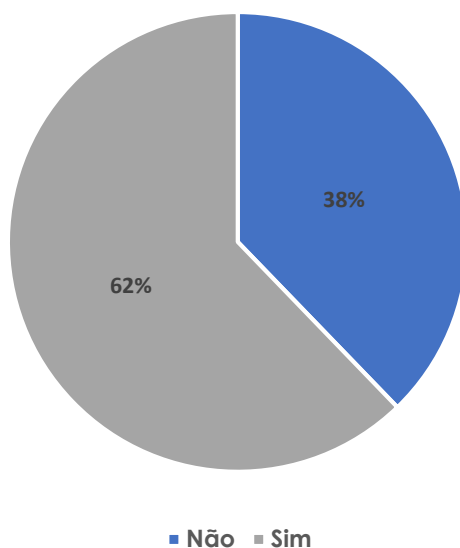
Ademais, esse retorno às aulas também resultou num aumento significativo da carga horária de trabalho diário. Como vemos no gráfico 9, aqueles que consideram que a carga horária é maior do que 8 horas por dia passaram de 26,4% (abril) para 55,4% (setembro). Portanto, praticamente dobrou o número de docentes com carga horária excedente ao contrato de trabalho.

9. Distribuição dos docentes conforme a média de horas de trabalho por dia, 2020



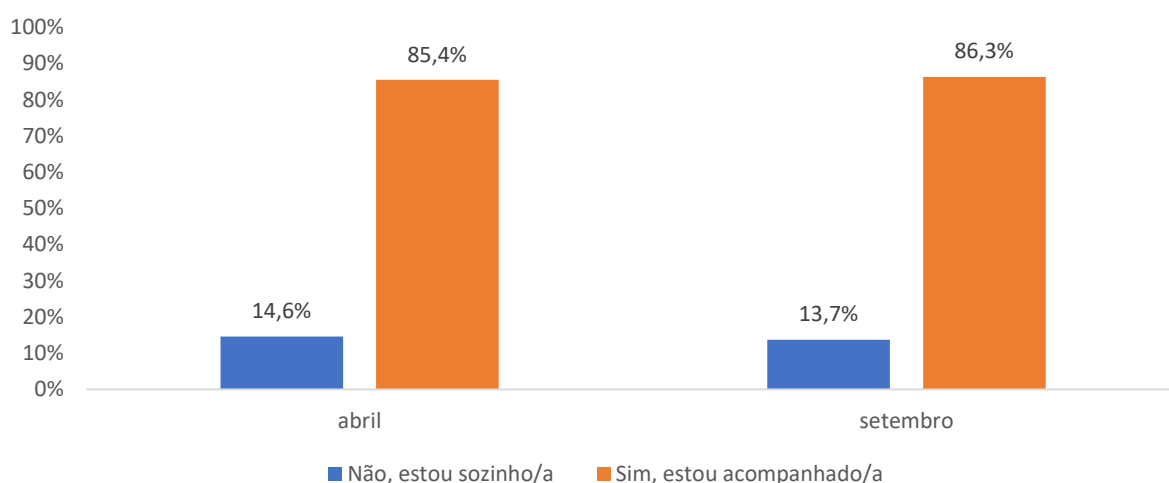
Não bastasse isso, o percentual de docentes cujas condições de trabalho são inadequadas para o exercício do trabalho remoto ainda é bastante elevado, em torno de 38% (gráfico 10).

10. Distribuição dos docentes conforme a adequação do espaço físico, equipamentos e acesso à rede para a realização das atividades remotas, set/20



Quanto às condições do isolamento em si, praticamente não houve variação no período, com a ampla maioria mantendo-se em casa com alguma companhia (cônjuges, pais, filhos, amigos etc.). Em detalhe, os sozinhos passaram de 14,6% para 13,7%; aqueles com familiares, de 85,4% para 86,3% (gráfico 11).

11. Distribuição dos docentes conforme as condições do isolamento social, set/20



Se a companhia de familiares pode ser benéfica para amenizar efeitos psicológicos negativos do isolamento social, não se pode dizer a mesma coisa em

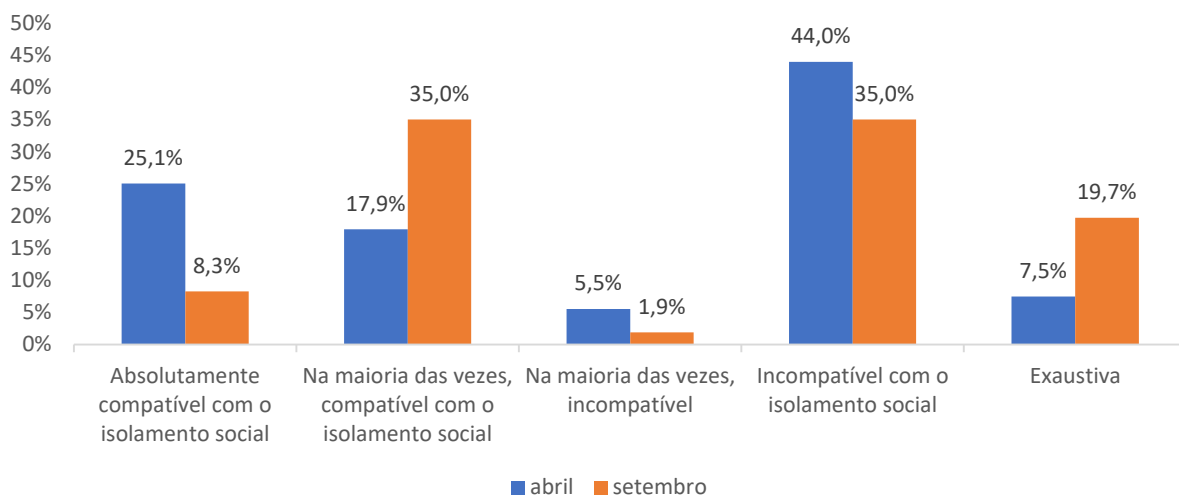
relação às condições de trabalho. Isso porque 37,2% dos respondentes que estão sozinhos consideram que essa condição de isolamento não cria dificuldades para o trabalho, caindo para 24% entre os que estão acompanhados. Ao mesmo tempo, enquanto a resposta parcialmente é praticamente igual para ambos os grupos, os que consideram que o isolamento sozinho traz dificuldades para o trabalho são 18,6%, subindo para 30,3% entre os que estão acompanhados (tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos docentes conforme as condições do isolamento criam ou não dificuldades para o trabalho, set/20

Estou sozinho/a	13,7%	43
Não	37,2%	16
Parcialmente	44,2%	19
Sim	18,6%	8
Estou acompanhado/a	86,3%	271
Não	24,0%	65
Parcialmente	45,8%	124
Sim	30,3%	82
Total Geral	100%	314

Outro dado interessante (e preocupante) se expressa na mudança de sentimento em relação à demanda de trabalho em isolamento social no transcurso entre os meses das duas sondagens – que, como sabemos, teve como fato mais relevante o início das aulas na graduação em modo remoto. O número de docentes que considera essa demanda “absolutamente compatível com o isolamento social” passou de 27% para 8,3%, enquanto os que consideram essa demanda exaustiva foram de 13,9% para 35% (gráfico 12). Eis um resultado bastante negativo do excesso de trabalho – aulas, reuniões e outras tarefas – nas condições de isolamento social.

12. Distribuição dos docentes conforme a demanda de trabalho em isolamento social, 2020

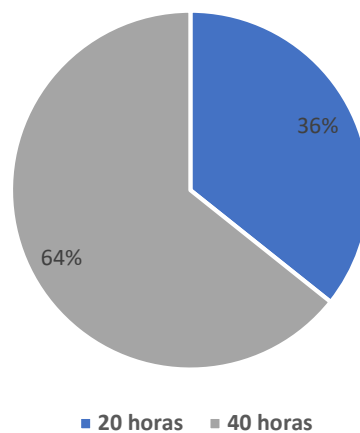


Docentes com contrato de trabalho temporário

Preocupados com a situação de crescente precarização do trabalho dos docentes com contrato de trabalho temporário, fizemos, na sondagem de setembro, algumas questões específicas para esse segmento da categoria (UEL, Unespar-Apucarana e Uenp).

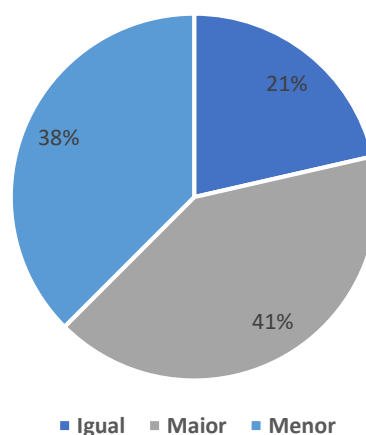
Em primeiro lugar, verificamos que, entre os respondentes, o percentual de docentes com carga horária contratual de 40 horas foi predominante. Isso parece contrastar com o predomínio de contratos de 20 horas na totalidade desse segmento do corpo docente. Porém, como não perguntamos se a carga horária é decorrente de um ou mais contratos, esse dado precisa ser mais bem qualificado em sondagens posteriores. De qualquer modo, as respostas foram 64% com carga horária de 40 horas e 36% com carga de 20h (gráfico 13).

13. Distribuição dos docentes com contrato temporário conforme a carga horária contratual, set/20



Mas, seja como for, o que mais chama a atenção é a excessiva carga de trabalho indicada pelos docentes. Conforme podemos observar no gráfico 14, 41% deles relatam ter uma carga horária efetiva acima da sua carga horária contratual.

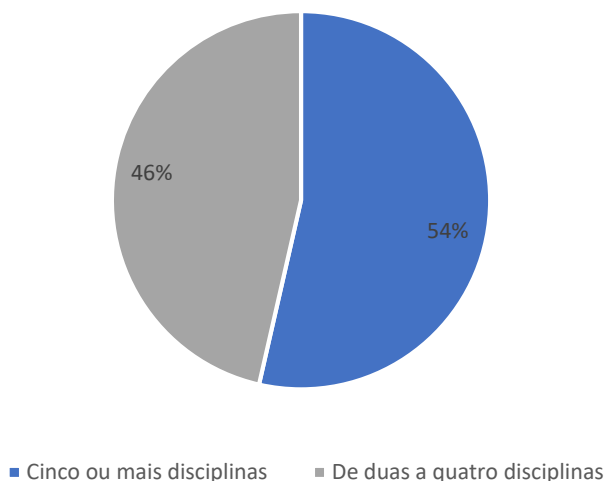
14. Distribuição dos docentes com contrato temporário conforme a carga horária em sala de aula seja maior ou menor que 50% de sua carga contratual, set/20



Provavelmente, um dos motivos que geram essa carga horária extra é a excessiva quantidade de disciplinas – e, portanto, ementas diferentes – ministradas pelos docentes. Pelas respostas, vemos que 54% ministram cinco ou mais disciplinas

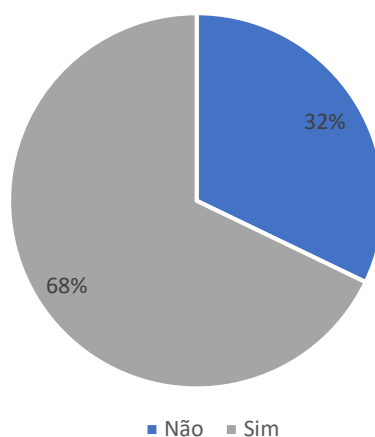
(gráfico 15). Esse parece ser um dos resultados da não reposição dos docentes aposentados, exonerados e falecidos por docentes efetivos. Por sua condição contratual instável e, ao mesmo tempo, pelas imposições governamentais que resultam na transformação do docente com contrato temporário em um “aulista” – figura tão comum nas IES privadas –, as disciplinas dos cursos de graduação são cada vez mais ministradas por docentes desse segmento.

15. Distribuição dos docentes com contrato temporário conforme a quantidade de disciplinas/ementas diferentes que ministra (considerando Estágio ou TCC como disciplinas), set/20



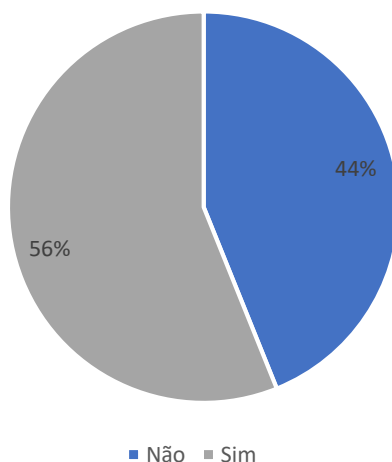
Ao mesmo tempo, mesmo com a não concessão de TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) e as crescentes exigências de assumirem disciplinas, 68% dos docentes realizam atividades de pesquisa e/ou extensão (gráfico 16). Os motivos para que assumam podem ser muitos – em alguns casos, até mesmo a sensação de realização profissional em atividades dessa natureza –, mas o fato é que o contrato de trabalho temporário produz precarização e sub-remuneração desses trabalhadores.

16. Distribuição dos docentes com contrato temporário conforme a realização de atividades de pesquisa e/ou extensão, set/20



Essa sub-remuneração fica ainda mais explícita quando se verifica que 44% dos docentes não têm as atividades de pesquisa e/ou extensão computadas em sua carga horária (gráfico 17).

17. Distribuição de docentes com contrato temporário conforme o cômputo das atividades de extensão e/ou pesquisa na carga horária, set/20



Perante o exposto, destacamos como sinais de alerta o agravamento de algumas situações, tais como: aumento de relatos sobre horas de trabalho superior a oito horas diárias, aumento de problemas referentes às condições de trabalho remoto, aumento da sensação de exaustão e carga horária de aula excessiva dos

docentes temporários. Destaca-se que a pandemia contribuiu para agudizar situações que já eram crônicas no contexto do ensino superior público. Dito isso, salientamos o papel estratégico do Sindiprol/Aduel em monitorar as condições de trabalho dos docentes e fazer as devidas cobranças junto à administração das Universidades.